

Representações Sociais na Educação Profissional e Tecnológica: Estado do Conhecimento, Vozes e Desafios para o Pertencimento Coletivo

Pablo Menezes e Oliveira¹

Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-8960-1707>

Rosilene Pereira de Moraes Campos²

Orcid: <https://orcid.org/0009-0006-8924-8556>

Resumo

A Educação Profissional e Tecnológica (EPT) no Brasil busca integrar formação humana e preparo para o trabalho, mas ainda enfrenta desafios para ser plenamente compreendida pela sociedade. Este estudo investigou como o conhecimento científico sobre a EPT vem sendo produzido a partir da Teoria das Representações Sociais, mapeando pesquisas desenvolvidas entre 2010 e 2025 em bases acadêmicas nacionais. A análise reuniu 27 trabalhos e revelou avanços na compreensão das experiências de estudantes e professores, mas também mostrou lacunas, especialmente quanto à participação de famílias e comunidades na construção de sentidos sobre os Institutos Federais. Esses resultados indicam a importância de fortalecer o diálogo entre escola e sociedade, ampliando a escuta e a visibilidade das vozes que vivenciam a EPT. O estudo conclui que conhecer essas representações é essencial para consolidar uma educação pública democrática, crítica e emancipadora.

Palavras-chave: educação profissional e tecnológica; representações sociais; estado do conhecimento.

Abstract

Professional and Technological Education (PTE) in Brazil seeks to integrate human development and professional training but still faces challenges to be fully understood by society. This study investigated how scientific knowledge about PTE has been produced through the Theory of Social Representations, mapping academic research developed between 2010 and 2025 in national databases. The analysis gathered 27 studies and revealed advances in understanding the experiences of students and teachers, but also showed gaps, especially regarding the participation of families and communities in constructing meanings about Federal Institutes. These results highlight the importance of strengthening dialogue between schools and society, broadening listening and visibility of the voices that experience PTE. The study concludes that knowing these representations is essential to consolidate a democratic, critical, and emancipatory public education.

Keywords: professional and technological education; social representations; state of knowledge.

Referência: OLIVEIRA, Pablo Menezes, CAMPOS, Rosilene P. M. Representações Sociais na Educação Profissional e Tecnológica: Estado do Conhecimento, Vozes e Desafios para o Pertencimento Coletivo. **Revista Estudos Aplicados em Educação**, v. 10, e202510119, 2025. DOI <https://doi.org/10.13037/reae.vol10.e202510119>

¹ Pós-Doutor em Educação pela FAE-UFMG e Doutor em História pela UFMG. Instituto Federal de Minas Gerais. Minas Gerais - Brasil. E-mail: pablomenezes@ifmg.com.br

² Mestra em Educação Profissional e Tecnológica - IFMG Campus Ouro Branco. Instituto Federal de Minas Gerais. Minas Gerais – Brasil. E-mail: rosilene.pereira@caobsantamaria.com.br



1 Introdução

No Brasil, a Educação Profissional e Tecnológica (EPT) consolida-se como política pública essencial para a democratização do conhecimento e a formação integral dos sujeitos, articulando trabalho, ciência, tecnologia e cultura. No entanto, a trajetória histórica da EPT evidencia tensões persistentes entre projetos voltados à emancipação humana e concepções fragmentadas que ainda a reduzem à lógica utilitarista de formação para o mercado de trabalho.

A partir do ano de 2008, a rede federal de educação profissional e tecnológica, principal ofertante de ensino técnico integrado no país, ampliou consideravelmente a dimensão de sua oferta de vagas nesta modalidade educativa, que por força da lei 11.892, de 29 de dezembro de 2008, deveria contemplar 50% do total de vagas ofertadas pela rede. A ampliação do quantitativo de vagas fez com que o debate histórico em torno do ensino técnico integrado ganhasse mais amplitude, especialmente em relação aos objetivos e sentidos da formação, especialmente porque o ajuste proposto na rede a partir de 2008 preconizava uma formação humana e omnilateral, que permitisse ao estudante uma compreensão plena do mundo à sua volta, e igualmente lhe desse instrumentos suficientes para, ao final do ensino médio integrado, ingressar no mundo do trabalho, ou continuar seus estudos, por meio do acesso ao ensino superior. Este postulado, que já aparece expresso em debates anteriores a 2008, ainda tem sido o grande desafio da rede federal de ensino técnico, que não conseguindo contemplar satisfatoriamente esta questão, acaba por montar, em muitos casos, uma estrutura de disciplinas de formação geral e técnica com pouco diálogo, resultando em uma carga horária excessiva, somada a um grande número de avaliações, mostrando as dificuldades da integração curricular almejada na reestruturação da rede.

Nesse cenário, compreender como diferentes atores, como estudantes, famílias, professores e comunidade escolar significam a EPT torna-se uma questão estratégica para o fortalecimento dos Institutos Federais como espaços de formação crítica, cidadã e socialmente referenciada.

A Teoria das Representações Sociais (TRS), proposta por Moscovici e ampliada por diversos autores, oferece uma lente potente para investigar as percepções, sentidos e contradições que permeiam a vivência escolar, permitindo revelar disputas simbólicas e expectativas que orientam práticas educativas. No campo da EPT, essa abordagem mesmo ainda tímida tem se apresentado de maneira relevante nas pesquisas, contudo ainda pouco explorada, especialmente quando se trata de escutar as vozes de estudantes e famílias do ensino médio integrado, sujeitos que vivenciam cotidianamente as contradições entre a proposta omnilateral de formação e as condições reais de sua concretização.

Dante desse contexto, o presente artigo tem como objetivo apresentar um Estado do Conhecimento sobre a produção acadêmica relacionada às Representações Sociais no âmbito da Educação Profissional e Tecnológica, analisando como as pesquisas têm abordado a compreensão da EPT pela comunidade escolar. A partir de um levantamento sistemático em diferentes bases de dados, o estudo identifica tendências, lacunas e potenciais contribuições desse campo, evidenciando como as representações sociais pode atuar como ferramenta para repensar práticas e políticas voltadas à formação integral. Assim, busca-se contribuir para o debate crítico sobre o papel da EPT como direito social em disputa, reafirmando a necessidade de fortalecer sua função pública e emancipadora junto à população.



2 Estado do conhecimento e estado da arte: contribuições para o campo da educação

O Estado do Conhecimento, conforme Morosini e Fernandes (2014), é uma ferramenta de considerável relevância para a escrita acadêmica e para a produção de conhecimento. Esta metodologia supera uma informação estática, proporcionando um conhecimento dinâmico a partir da pesquisa do que se tem na realidade acadêmica. Dessa forma, contribui no campo investigativo ao desvelar lacunas existentes sobre um determinado tema, direcionando novas pesquisas de maneira abrangente.

Segundo as autoras, o Estado do Conhecimento é uma metodologia de pesquisa que pode identificar, categorizar e registrar, em determinado período, os trabalhos científicos produzidos sobre um tema específico. Isso direciona o pesquisador a reflexões e motivações para possíveis estudos futuros.

Os parágrafos apresentados abordam duas metodologias de pesquisa, o Estado do Conhecimento e o Estado da Arte, destacando suas características, objetivos e relevância para a ciência. Ambas metodologias são essenciais para mapear e analisar a produção científica, porém, apresentam diferenças significativas.

Oliveira, Gonçalves e Pereira (2021) debatem sobre a importância do Estado do Conhecimento para as pesquisas e para a formação do pesquisador. Eles argumentam que essa metodologia permite ao pesquisador obter uma visão abrangente do que tem sido produzido e do que ainda não foi explorado. Dessa forma, o Estado do Conhecimento se torna uma base sólida para a evolução da ciência, pois proporciona uma compreensão mais completa e informada do campo de estudo. Além disso, posiciona o pesquisador em um lugar favorável para identificar e explorar novas áreas de investigação, contribuindo para o avanço do conhecimento científico.

Acrescentando à discussão, Romanowski e Ens (2006) dissertam sobre o Estado da Arte, como uma metodologia amplamente utilizada e muitas vezes confundida com o Estado do Conhecimento, apesar de não serem sinônimas e apresentarem características distintas. Conforme as autoras, o Estado da Arte tem como objetivo acompanhar como um campo de conhecimento científico evoluiu ao longo do tempo, permitindo aprofundamento em um determinado tema mediante um vasto acervo de publicações. Dessa forma, deve abranger não apenas um tema específico, mas também todos os espaços que geraram as produções, como congressos, seminários e periódicos, não se limitando apenas a teses e dissertações. Segundo as autoras, essa abrangência é uma característica distintiva do Estado do Conhecimento.

Em resumo, enquanto o Estado do Conhecimento oferece uma visão sincrônica e abrangente de um tema específico, facilitando a identificação de lacunas e oportunidades para novas pesquisas, o Estado da Arte proporciona uma perspectiva diacrônica, analisando a evolução e o desenvolvimento de um campo de estudo ao longo do tempo. Ambas metodologias são complementares e essenciais para o avanço do conhecimento científico, cada uma contribuindo de maneira distinta para a compreensão e expansão das fronteiras do saber.

Considerando essa discussão, é importante ressaltar que o Estado do Conhecimento se estabelece como uma metodologia que transcende a mera sistematização bibliográfica, ao possibilitar uma leitura mais crítica, contextualizada e situada da produção acadêmica. No campo da educação, essa abordagem se destaca por permitir uma visão ampliada de como as pesquisas dialogam ou deixam de dialogar com as demandas históricas, políticas e sociais que atravessam o cotidiano escolar.

De acordo com Morosini e Fernandes (2014), essa metodologia amplia a capacidade de análise ao tornar visíveis lacunas, contradições e silêncios presentes no universo investigado, contribuindo para que pesquisadores, gestores e professores tenham subsídios mais sólidos para



planejar práticas pedagógicas, formular políticas educacionais ou repensar processos formativos. Assim, o Estado do Conhecimento fortalece o compromisso da pesquisa acadêmica com a transformação da realidade, na medida em que articula teoria e prática e alimenta o debate crítico sobre a qualidade e o sentido social da educação.

Quando se observa o contexto específico da Educação Profissional e Tecnológica, essa contribuição se torna ainda mais evidente. Autores como Frigotto (2005), Ramos (2010) e Moura (2007) enfatizam que a EPT, para além de uma formação técnica, representa um projeto de formação integral, crítico e emancipador, vinculado à democratização do conhecimento e à construção de uma sociedade mais justa. Nessa perspectiva, a metodologia do Estado do Conhecimento assume papel estratégico, ao oferecer um diagnóstico de como os temas, sujeitos e objetos de pesquisa têm sido abordados, indicando caminhos possíveis para superar reducionismos e promover um diálogo mais efetivo entre escola e comunidade.

Dessa forma, ao mapear e analisar produções que discutem representações sociais no âmbito da EPT, a presente pesquisa se ancora nessa metodologia não apenas como um recurso técnico, mas como um exercício de reflexão coletiva, reafirmando a necessidade de ouvir as vozes que atravessam a escola, sejam elas de estudantes, famílias ou trabalhadores para que o ensino profissional se consolide, de fato, como um direito social e patrimônio da população.

3 EPT como Projeto Social: Disputas Históricas e Desafios Contemporâneos

A História da Educação Profissional e Tecnológica (EPT) no Brasil revela tensões permanentes entre projetos de formação voltados exclusivamente para atender às demandas do mercado e perspectivas que defendem uma formação mais ampla, integral e comprometida com a cidadania. Desde as primeiras Escolas de Aprendizes Artífices, criadas em 1909 por iniciativa do então presidente Nilo Peçanha, tornando-se a primeira experiência de educação para o trabalho tutelada prioritariamente pelo Estado brasileiro, até a contemporaneidade, a EPT passou por um profundo processo de mudanças. Originariamente destinada aos “desvalidos de fortuna”, ela passa a ser encarada como política de estado para o desenvolvimento econômico nacional, a partir do governo de Getúlio Vargas (1930-1945), até alcançar o modelo atualmente adotado, especialmente a partir da criação dos Centros Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Especialmente com sua última mudança, expressa na lei 11.892, de 29 de dezembro de 2008, estas instituições educativas agora denominadas Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, procuram oferecer uma educação humana e omnilateral, que pretende que seus egressos possam ter uma capacidade de análise crítica do tecido social em que se encontram (Oliveira, 2020).

É preciso também considerar o fortalecimento do chamado “Sistema S”, criado na década de 1940, estruturado para atender diretamente aos interesses do setor produtivo, comércio, indústria, agricultura e transporte, consolidando uma lógica de formação profissional atrelada às demandas imediatas do mercado de trabalho. Conforme Oliveira, Gonçalves e Pereira (2021), esse arranjo reforça uma perspectiva histórica em que a educação profissional se constituiu, em grande parte, como um projeto funcional à expansão do capital, garantindo ao empresariado a oferta de mão de obra qualificada, mas com formação restrita às necessidades produtivas. Cunha (2000) e Manfredi (2002) já alertavam para esse movimento histórico de subordinação, ressaltando que, embora o Sistema S tenha desempenhado papel relevante na qualificação de trabalhadores, também aprofundou a visão utilitarista da EPT, restringindo-a a uma dimensão instrumental voltada à empregabilidade imediata. Assim, a formação



profissional, quando conduzida sob essa lógica, perde o caráter emancipatório e integral, reafirmando o desafio contemporâneo de reconstruir a EPT como um direito social amplo, alinhado a uma concepção de educação omnilateral e cidadã.

Essa orientação se intensifica durante o regime militar com a promulgação da Lei 5.692/71, que tornou obrigatoriedade a profissionalização no então 2º grau. Para autores como Saviani (1989) e Cunha (2014), essa legislação não apenas institucionalizou uma concepção tecnicista, mas também reafirmou a lógica neoliberal de formação funcional, ao garantir ao sistema produtivo uma força de trabalho minimamente qualificada e ajustável às exigências do capital. Consolidou-se, assim, uma visão fragmentada do processo educativo, que separava educação geral de educação técnica, negando à juventude trabalhadora o acesso a uma formação mais ampla, crítica e articulada com os direitos sociais.

Com a redemocratização e, mais tarde, no início do século XXI, novas perspectivas foram abertas para ressignificar a EPT como instrumento de desenvolvimento social. Para Frigotto, Ciavatta e Ramos (2005), a expansão da Rede Federal, consolidada por marcos como o Decreto 5.154/2004 e a Lei 11.892/2008, representa um movimento de reconstrução do sentido público da educação profissional, ao reafirmar a articulação entre trabalho, ciência, tecnologia e cultura. Os Institutos Federais, criados nesse contexto, carregam o desafio de oferecer uma formação integral, politécnica e crítica, comprometida com o desenvolvimento regional e a transformação social.

Contudo, essa proposta não se consolida sem contradições. De um lado, a EPT, sobretudo na Rede Federal, se estrutura como política de inclusão e emancipação; de outro, resiste cotidianamente às tentativas de reduzi-la novamente a uma função meramente instrumental e utilitarista, a serviço do mercado. Como afirmam Ciavatta e Frigotto (2012), essa tensão exige vigilância permanente para que os Institutos Federais não percam sua essência de projeto social coletivo, voltado à formação omnilateral dos sujeitos.

Assim, revisitar a trajetória histórica da Educação Profissional e Tecnológica é reconhecer suas conquistas, suas contradições e, sobretudo, os desafios para garantir que sua função social se consolide como um direito de formação integral e emancipadora como enfatizam Frigotto, Ramos e Moura. Nesse sentido, os Institutos Federais representam uma conquista histórica da classe trabalhadora, mas permanecem tensionados por disputas de sentidos que ora fortalecem, ora fragilizam sua missão pública. A EPT é, portanto, um direito social em disputa, afirma Ciavatta e Frigotto (2012), cujos significados, práticas e expectativas precisam ser conhecidos e debatidos para que se fortaleça como patrimônio de toda a sociedade. É justamente para desvendar essas percepções e contradições que a Teoria das Representações Sociais se apresenta, nesta pesquisa, como um referencial teórico essencial.

Nesse cenário, compreender como estudantes, professores, famílias e a comunidade representam a EPT e o papel dos Institutos Federais torna-se indispensável para fortalecer sua função pública. Investigar essas representações sociais, portanto, contribui para identificar sentidos, contradições e expectativas que orientam trajetórias escolares, decisões políticas e disputas simbólicas no cotidiano da escola. É nesse horizonte que a Teoria das Representações Sociais se insere, permitindo revelar as percepções e os modos como se constroem as interpretações sobre o ensino profissional e sua função social.



4 A Teoria das Representações Sociais como Chave Interpretativa: Abordagens, Funções e Dimensão Estrutural

A Teoria das Representações Sociais (TRS), formulada por Serge Moscovici, investiga como o conhecimento é construído, transformado e compartilhado coletivamente, articulando o senso comum e o saber científico. Para Moscovici (2003), as representações emergem da necessidade humana de interpretar o mundo, tornando o desconhecido mais familiar por meio de processos como ancoragem e objetivação, que organizam ideias e as materializam em imagens, símbolos e práticas do cotidiano.

Complementando essa perspectiva, Jodelet (2001) ressalta que as representações sociais não apenas interpretam a realidade, mas também orientam comportamentos e decisões, configurando-se como formas dinâmicas de apreensão do vivido. A autora explica que a ancoragem relaciona o novo a quadros de referência já existentes, inscrevendo-o no universo familiar de significados e valores compartilhados; enquanto a objetivação traduz ideias abstratas em imagens concretas, tornando-as tangíveis e comunicáveis. Essa dupla operação garante que o conhecimento circule e seja apropriado, orientando práticas e consolidando a realidade social.

A linguagem ocupa papel central nesse processo. Moscovici (2003) a reconhece como meio privilegiado de transformação de conceitos abstratos em imagens acessíveis ao senso comum. Nessa direção, Calegário (2022) destaca que, no ambiente escolar, as representações se consolidam por meio de discursos e narrativas compartilhadas entre professores, estudantes e comunidade. Oliveira (2017) complementa ao enfatizar que a linguagem não apenas expressa, mas também afirma as representações, permitindo aos sujeitos atribuir sentido ao mundo e orientar suas práticas cotidianas. Assim, compreender as representações sociais implica também compreender como elas são ditas, repetidas, contestadas e ressignificadas, uma vez que o modo como se fala da escola, do curso ou da própria EPT contribui diretamente para sua valorização ou negação.

No interior desse campo teórico, a Abordagem Estrutural, formulada por Jean-Claude Abric e desenvolvida por autores como Sá, aprofunda a compreensão da organização interna das representações enquanto sistemas hierarquizados (Abric, 2003; Sá, 1996). A teoria distingue dois subsistemas interdependentes: o núcleo central, que reúne valores e significados estáveis e constitui o eixo de coerência da representação; e o sistema periférico, composto por elementos mais flexíveis, que protegem e adaptam o núcleo às práticas cotidianas. Essa estrutura explica o caráter paradoxal das representações, simultaneamente estáveis e dinâmicas, revelando como elas se ajustam às mudanças sem perder o sentido coletivo.

Para além da estrutura, a TRS desempenha função social e política, ao guiar ações, antecipar expectativas e construir identidades coletivas, Abric, (2003). No campo educacional, essa teoria torna-se um instrumento fundamental para investigar como diferentes sujeitos — estudantes, docentes, gestores e famílias — constroem sentidos sobre a escola, o currículo, o trabalho e a função social da educação.

Ao ser articulada à Educação Profissional e Tecnológica, a TRS revela as tensões entre o projeto de formação integral e emancipadora e as visões fragmentadas que ainda reduzem a EPT à qualificação para o mercado de trabalho, Calegário (2022). Iluminar essas contradições contribui para fortalecer o vínculo entre escola e comunidade, reconhecendo a EPT como direito social e patrimônio coletivo, capaz de integrar ciência, trabalho, cultura e cidadania.

Reunindo as contribuições de Moscovici, Jodelet, Abric, Sá e Calegário, comprehende-se que as representações sociais não se limitam à percepção individual, mas expressam



processos simbólicos compartilhados e estáveis, que se reorganizam conforme as transformações históricas, culturais e institucionais. No contexto da Educação Profissional e Tecnológica, essas representações tornam-se chaves para compreender as disputas de sentido sobre a função social dos Institutos Federais e sobre a própria ideia de formação integral. Assim, a TRS é assumida neste estudo como ferramenta interpretativa e analítica, capaz de revelar como estudantes, famílias e comunidades constroem sentidos sobre o Ensino Médio Integrado, articulando teoria, experiência e práticas sociais.

5 Percurso Metodológico do Estado do Conhecimento

O presente estudo adota a metodologia de *Estado do Conhecimento*, com o intuito de mapear e analisar as produções acadêmicas que relacionam a Teoria das Representações Sociais (TRS) com a Educação Profissional e Tecnológica (EPT), especialmente no que tange à comunidade escolar. A estratégia metodológica seguiu critérios sistemáticos de busca, seleção e análise do material coletado.

O levantamento foi realizado em quatro bases digitais amplamente acessíveis: Google Acadêmico, SciELO, Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD) e Portal de Periódicos da CAPES. O recorte temporal compreendeu o período de 2010 a 2025, com a intenção de contemplar as produções mais recentes, considerando a consolidação da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica no Brasil após a criação dos Institutos Federais em 2008. Todas as buscas foram realizadas em língua portuguesa, com foco em produções nacionais, sem restrição geográfica de origem.

Os descritores utilizados nas buscas foram: “*Representações Sociais*”, “*Educação Profissional e Tecnológica (EPT)*” e “*Comunidade Escolar*”. Inicialmente, uma busca mais ampla no Google Acadêmico pelo termo “*Representações Sociais*” associado a “*Educação*” resultou em cerca de 30.300 documentos. A substituição do descritor “*Educação*” por “*EPT*” refinou o resultado para 1.060 registros. A combinação final dos três descritores resultou em 39 trabalhos no Google Acadêmico, 19 na SciELO e 54 na BDTD, totalizando 112 produções identificadas preliminarmente.

Para garantir a qualidade e pertinência do corpus, foram definidos critérios de inclusão e exclusão. Foram incluídas apenas as produções que apresentaram articulação consistente entre a TRS e a EPT, com enfoque na comunidade escolar, seja de forma empírica ou teórica. Foram excluídos os textos que apenas citavam superficialmente a teoria das representações sociais, sem desenvolvê-la em conexão com o campo da EPT, bem como produções duplicadas em diferentes plataformas.

Como resultado desse processo de refinamento, foi construído um quadro com 27 estudos selecionados, que embasa a análise crítica apresentada na seção seguinte. Esse detalhamento metodológico visa não apenas garantir a transparência científica, mas também permitir a replicação do estudo por outros pesquisadores interessados na interface entre representações sociais e educação profissional.

O quadro a seguir sistematiza as produções selecionadas, indicando autor, ano, título, tipo (dissertação, tese ou artigo) e o objeto da representação de cada estudo. Neste trabalho, “objeto da representação” designa o fenômeno, conceito ou prática social em torno do qual se constroem significados compartilhados, por exemplo, Ensino Médio Integrado, currículo, evasão, formação docente. Na TRS, esse objeto é o foco que aciona ancoragem e objetivação, processos pelos quais ideias são relacionadas a referências prévias e convertidas em imagens e sentidos comunicáveis no cotidiano escolar para entender como tais significados orientam práticas na EPT.



Quadro 1 – Síntese de produções acadêmicas sobre Representações Sociais e EPT

AUTOR	ANO	TÍTULO	TIPO	OBJETO DA REPRESENTAÇÃO
FERNANDA AMARAL BERNARDINO	2012	As representações sociais dos docentes e discentes do IF Sudeste MG - campus Rio Pomba sobre as tecnologias da informação e comunicação na educação	Dissertação	Tecnologia da informação
RENATA VENTURIM BERNARDINO SANDRO LUIZ MODESTO	2013	As representações dos estudantes do Instituto Federal de Educação do Espírito Santo – Campus Colatina acerca das disciplinas de Sociologia e Filosofia em cursos técnicos integrados ao ensino médio	Artigo	Disciplina de sociologia e filosofia
DÉSIRÉE GONÇALVES RAGG, ELIZABETH PREMOLI AZEVEDO; LIVIA ROHR CARDOSO; PAULA BAIÃO MACHADO DE VASCONCELOS	2013	As percepções dos professores da educação profissional que atuam no proeja: uma abordagem reflexiva para além da formação técnica	Artigo	PROEJA – Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade da Educação de Jovens e Adultos
LÉA FLORES	2013	O setor de produção do IFMT Campus Campo Novo do Parecis e o planejamento estratégico: realidade e percepções	Dissertação	Setor de produção
BARBARA DUC NADIA LAMAMRA	2014	Percurso dos jovens após uma saída prematura da formação profissional: A transição da escola ao mundo do trabalho em questão	Artigo	Jovens egressos
PABLO CALEGARIO	2022	EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA: Representações sociais de alunos do Ensino Médio Integrado	Dissertação	Ensino Médio Integrado
POLIANA CAVALCANTE DE SOUZA	2022	Inclusão de estudantes com deficiência: representações sociais construídas por professores(as) de cursos técnicos subsequentes	Dissertação	Estudantes com deficiência
MADELE MARIA BARROS DE OLIVEIRA FREIRE	2019	Representações sociais de professores do ensino técnico integrado ao médio do ifpb sobre formação docente	Dissertação	Formação docente



AUTOR	ANO	TÍTULO	TIPO	OBJETO DA REPRESENTAÇÃO
MARIA RITA VALOES DA SILVA	2023	O assistente social na educação profissional e tecnológica: representações sociais de estudantes do ensino médio integrado	Dissertação	Assistente social
EDCLECIA BARBOSA DE ARAUJO	2022	Evasão escolar: representações sociais construídas por estudantes evadidos do curso Técnico Subsequente em Eletrônica do IFPE - Campus Afogados da Ingazeira	Dissertação	Evasão escolar
DANIELLE MUNIZ MACARIO	2022	O currículo integrado nas representações sociais de professores(as) do ensino médio integrado do IFPE - Campus Recife	Dissertação	Currículo
MARIA APARECIDA ANTUNES MOREIRA	2024	Dualidade histórica da educação profissional, científica e tecnológica: representações sociais dos estudantes a partir de uma perspectiva literária	Dissertação	História da EPT
DANIEL GABRIEL BORGES	2022	Representações sociais de estudantes de uma escola do campo sobre vida e terra e seus ecos no ensino de ciências	Dissertação	Escola do campo
EDNEIA APARECIDA BATISTA	2021	ESCOLHAS E REPRESENTAÇÕES SOCIAIS NO ENSINO MÉDIO INTEGRADO: uma proposta de intervenção em orientação profissional	Dissertação	Escolha profissional
POLLYANNA DE SALLES BRASIL BARBOSA	2024	Festival de Arte e Música do IF Baiano: Representações Sociais dos Estudantes do Ensino Médio Integrado no Campo da Formação Humana Integral	Dissertação	Formação integral
ANDREA PROCOPIO LOURENCO	2023	COLETIVOS ESTUDANTIS E FORMAÇÃO INTEGRAL NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA: ENTRE CONSTITUIÇÃO, REPRESENTAÇÕES E MEMÓRIA um estudo de caso dos coletivos no IFMG - Campus avançado Ipatinga	Dissertação	Coletivos estudantis



AUTOR	ANO	TÍTULO	TIPO	OBJETO DA REPRESENTAÇÃO
VIRGINIA SANTOS DE HOLANDA VIEIRA	2024	Ensino médio integrado: representações sociais de servidores(as) técnico-administrativos em educação (taes) do IFPE	Dissertação	Ensino Médio Integrado
MARIA APARECIDA DE SOUZA	2023	DE ESCOLA TÉCNICA A INSTITUTO FEDERAL: Representações sociais de docentes sobre o processo de institucionalização do IFMG – Campus Ouro Preto	Dissertação	Institucionalização do IFMG Ouro Preto
FERNANDO PEREIRA RODRIGUES	2024	representações sociais sobre educação profissional e tecnológica (EPT) e constituição identitária docente no âmbito dos institutos federais de minas gerais	Dissertação	Identidade docente
GISELLE FREITAS MAPA MUCCI ANDRADE	2024	O TÉCNICO-ADMINISTRATIVO COMO EDUCADOR: Representações sociais de técnico-administrativos em educação sobre Educação Profissional e Tecnológica e formação integral	Dissertação	Educação Profissional e Tecnológica
GERSON AVELINO FERNANDES PEREIRA	2020	a opção pela formação técnica subsequente: representações sociais dos alunos do curso técnico em enfermagem do IFNMG– campus Araçuaí	Dissertação	Formação técnica
LILIANE OLIVEIRA CARVALHO NOBRE	2024	Saúde Bucal e o mundo do trabalho: as representações sociais dos alunos do Centro de Educação Profissional e Tecnológico da Universidade Estadual de Montes Claros	Dissertação	Saúde bucal
CRISTIANE AMBRÓS GUERCH	2018	Representações sociais de coordenação de curso superior de graduação: construindo identidades na educação profissional	Dissertação	Coordenação pedagógica de curso superior
CAIO TEIXEIRA BRANDÃO	2016	Ensino técnico e capacitação profissional: um estudo sobre representações sociais no Instituto Federal do Amapá	Dissertação	Ensino técnico e capacitação profissional



AUTOR	ANO	TÍTULO	TIPO	OBJETO DA REPRESENTAÇÃO
ALESSANDRA SARMENTO RODRIGUES		A educação inclusiva na perspectiva da teoria das representações sociais: concepções de docentes e discentes do Instituto Federal do Norte de Minas Gerais – Campus Salinas	Dissertação	Educação inclusiva
ROSILENI PEREIRA DE MORAIS CAMPOS	2025	MEU IFMG, MEU LUGAR: Um Estudo sobre Representações Sociais e Acolhimento no Ensino Médio Integrado	Dissertação	IFMG, Instituto Federal
FRANCISCO THADEU CARVALHO MATOS	2017	O redesenho da educação profissional e tecnológica no Brasil nos dois governos de Luiz Inácio Lula da Silva: de Centros Federais de Educação a Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia: a experiência do IFPB (2003 – 2010)	Dissertação	Educação Profissional e Tecnológica
PABLO MENEZES E OLIVEIRA; ROSILENI PEREIRA DE MORAIS CAMPOS	2025	Representações Sociais e Impactos Transformadores: A Voz de Estudantes e Famílias sobre o Ensino Médio Integrado no IFMG	Artigo	Ensino Médio Integrado, IFMG

Fonte: Dados da pesquisa (2025)

O quadro apresentado acima foi elaborado como instrumento metodológico de sistematização do corpus documental, permitindo organizar, de forma clara e objetiva, os principais elementos de cada estudo selecionado. Nele foram registrados dados essenciais como autor, ano, título da produção, tipo (dissertação, tese ou artigo), objeto da representação social abordado, bem como os principais sujeitos investigados. Essa estruturação possibilitou uma visão panorâmica da produção acadêmica sobre representações sociais no campo da Educação Profissional e Tecnológica (EPT), oferecendo subsídios concretos para o desenvolvimento da análise de conteúdo. A seguir, com base nesse mapeamento inicial, serão apresentadas as categorias emergentes da leitura crítica dos dados, organizadas por enfoques metodológicos, sujeitos investigados e dimensões teóricas da Teoria das Representações Sociais, com o intuito de aprofundar a compreensão sobre tendências, lacunas e silêncios que marcam o campo investigado.



6 Análise Crítica com Abordagem Estrutural: Vozes, Silêncios e Contradições na EPT

Para a análise do material coletado, optou-se por utilizar a Análise de Conteúdo, conforme proposta por Bardin (2020), por ser uma técnica consolidada para examinar comunicações, identificar categorias e interpretar regularidades e contradições nos dados. A partir do quadro elaborado com os estudos selecionados, foram aplicados os procedimentos de pré-análise, exploração do material e tratamento e interpretação dos resultados, permitindo a organização dos trabalhos em categorias temáticas, identificação de tendências predominantes e lacunas recorrentes na produção acadêmica. Essa abordagem possibilitou uma leitura crítica dos dados, relacionando-os com o referencial da Teoria das Representações Sociais e com os pressupostos da Educação Profissional e Tecnológica.

A leitura detalhada do quadro evidencia uma diversidade temática significativa, abrangendo desde representações sobre o Ensino Médio Integrado, evasão escolar e formação integral até aspectos como coletivos estudantis, coordenação pedagógica, inclusão e saúde. Esse recorte confirma que a TRS na EPT tem se mostrado um campo fecundo para compreender dimensões que ultrapassam a mera técnica, incorporando cultura, cidadania e identidade.

Nesse mapeamento, foi possível estabelecer três eixos analíticos que organizam criticamente a produção:

1. Recorte metodológico: predomina o uso de metodologias qualitativas, especialmente estudos de caso e pesquisas com entrevistas e questionários. Há raríssimos trabalhos com abordagem quantitativa ou revisões sistemáticas, o que indica uma preferência por análises interpretativas, mas também evidencia uma lacuna quanto à diversidade metodológica.

2. Sujeitos investigados: há uma ênfase clara nos estudantes e docentes da EPT, com algum crescimento de estudos voltados a TAEs (Técnicos Administrativos em Educação). No entanto, gestores, famílias e comunidade externa permanecem como sujeitos pouco investigados, revelando um campo ainda inexplorado.

3. Enfoques teóricos da TRS: embora a maioria dos trabalhos cite Moscovici e Jodelet, poucos exploram as potencialidades da abordagem estrutural de Abric. A ancoragem e a objetivação são mencionadas pontualmente, enquanto conceitos como núcleo central e sistema periférico aparecem de forma limitada ou superficial, o que fragiliza o uso da teoria como chave interpretativa densa.

Embora o levantamento evidencie uma presença significativa de dissertações e artigos vinculados aos Institutos Federais em diferentes regiões do país, também revela zonas de silêncio importantes, especialmente no que se refere à compreensão que as famílias, a comunidade local e outros atores externos têm sobre a EPT e sobre o papel social dos Institutos Federais. Essa lacuna indica a fragilidade das práticas institucionais que deveriam promover maior integração entre escola e comunidade, bem como o fortalecimento de espaços de escuta e diálogo que ampliem a compreensão coletiva da EPT como política pública estratégica. Como apontam Frigotto (2005), Ramos (2010) e Moura (2007), a Educação Profissional e Tecnológica deve ser entendida como um projeto de formação omnilateral, comprometido não apenas com a qualificação para o trabalho, mas também com a formação humana integral e a construção de uma cidadania crítica. Assim, torna-se imperativo desenvolver pesquisas e ações que avancem para além do diagnóstico de percepções, articulando teoria e prática na consolidação da EPT como espaço público de transformação social e emancipação da classe trabalhadora.

Nesse sentido, essa ausência de escuta também revela fragilidades nos processos de ancoragem e objetivação que estruturam as representações sociais da EPT na comunidade



escolar. Como lembra Jodelet (2001), é pela ancoragem que o novo é relacionado a quadros de referência já existentes, e pela objetivação que ideias abstratas se concretizam em imagens e símbolos compartilháveis no cotidiano. Quando não há espaço para que estudantes, famílias e comunidade dialoguem sobre o papel social da Educação Profissional, esses processos tendem a se reduzir a estereótipos ou a visões parciais, ancorando a EPT apenas como via de inserção imediata no mercado e objetivando-a em representações restritas. Assim, permanecem silenciados sentidos mais amplos, como sua função omnilateral de formação humana integral, articulando trabalho, ciência, cultura e cidadania. Reforça-se, portanto, com Jodelet (2001), que reconhecer e dar visibilidade a essas vozes é condição para ampliar o pertencimento, fortalecer a identidade coletiva e reafirmar a EPT como direito social e patrimônio da classe trabalhadora.

Além disso, os poucos trabalhos que adotam a abordagem estrutural da Teoria das Representações Sociais, conforme desenvolvida por Abric (2003) e aprofundada por Sá (1996), demonstram o potencial dessa vertente para compreender a arquitetura simbólica que sustenta as representações no campo da Educação Profissional e Tecnológica. A perspectiva estrutural permite identificar como as representações se organizam internamente, articulando o núcleo central — composto por valores e significados estáveis e socialmente consensuais — e o sistema periférico — responsável por adaptar o núcleo às variações contextuais e às práticas cotidianas. Essa distinção revela que, mesmo diante de transformações sociais, certos sentidos permanecem como eixos de estabilidade. Nos estudos mapeados, é possível inferir que elementos como “formação técnica”, “empregabilidade” e “inclusão” tendem a ocupar posições periféricas, associadas às demandas imediatas do mundo do trabalho e às políticas institucionais, enquanto valores como “trabalho como princípio educativo”, “formação humana integral” e “direito à educação” despontam como componentes mais centrais, expressando o ideal formativo e emancipador da EPT. Essa leitura evidencia que o campo é atravessado por uma tensão simbólica entre o pragmatismo técnico e o horizonte emancipatório que sustenta o projeto educativo dos Institutos Federais. No entanto, observa-se que a maior parte das produções ainda não explora plenamente esse nível de análise, o que indica uma oportunidade teórica e metodológica para futuras pesquisas que desejem aprofundar o estudo da estrutura interna das representações sociais nesse contexto.

Embora este estudo dialogue com a Teoria das Representações Sociais em sua dimensão estrutural, conforme delineada por Abric (2003), é importante reconhecer que a aplicação empírica dessa teoria requer metodologias específicas — como o Teste de Associação Livre de Palavras (TALP), entrevistas de evocação hierarquizada ou outras técnicas que permitam apreender a hierarquia e a centralidade dos elementos que compõem uma representação. Por tratar-se de um *Estado do Conhecimento*, a presente análise não opera diretamente nesse nível empírico, mas utiliza o referencial estrutural em uma dimensão interpretativa e metateórica. Assim, ao examinar os trabalhos mapeados, é possível identificar regularidades discursivas que refletem, de forma indireta, a organização simbólica do campo: enquanto os sentidos de “trabalho”, “formação integral” e “direito social” aparecem como pilares estruturantes da representação da EPT, outros como “empregabilidade”, “currículo integrado” e “inclusão” assumem caráter periférico, adaptando-se às realidades institucionais e às práticas escolares. Essa leitura teórica permite compreender como determinados significados se cristalizam e são reproduzidos no discurso acadêmico, ao mesmo tempo em que outros se flexibilizam e se transformam, evidenciando o movimento dinâmico das representações sociais e reforçando o papel da TRS como ferramenta de análise das tensões, permanências e contradições que atravessam a Educação Profissional e Tecnológica.

Quando a comunidade não conhece ou não comprehende o real papel da EPT, muitas vezes limitando sua visão a uma lógica instrumental e imediatista de formação técnica, abre-se



espaço para interpretações distorcidas, para o esvaziamento de seu sentido emancipador e, consequentemente, para ataques a uma das maiores conquistas da classe trabalhadora: os Institutos Federais. Assim, é urgente produzir conhecimento que revele quais representações circulam entre os sujeitos da comunidade escolar, como essas percepções se formam e de que modo podem se transformar em ações que fortaleçam a EPT como direito social.

A partir da organização do quadro também foi possível identificar tendências comuns, mas também zonas de silêncio que merecem destaque. Nota-se uma concentração expressiva de dissertações produzidas no âmbito do PROFEPT e de programas vinculados aos Institutos Federais, principalmente nos últimos dez anos, o que reflete o fortalecimento da pesquisa aplicada na área. Em termos de recorte geográfico, observa-se a presença de diversos campi espalhados pelo território nacional, indicando que o tema das representações sociais na EPT não é restrito a uma única região.

Em relação aos sujeitos investigados, observa-se uma predominância de pesquisas voltadas a estudantes e docentes da EPT, com crescente atenção aos técnicos administrativos. Entretanto, outros atores fundamentais, como gestores, famílias e comunidade externa, ainda são pouco contemplados, revelando um campo fértil para novas investigações. Essa lacuna é particularmente significativa, pois, como defendem Frigotto (2005), Ramos (2010) e Moura (2007), a EPT deve ser compreendida como política pública de formação integral e de caráter omnilateral. A ausência dessas vozes reduz o potencial de democratização e pertencimento dos Institutos Federais às realidades locais e populares. Além disso, embora a Teoria das Representações Sociais seja amplamente citada nos estudos mapeados, nem todos exploram com profundidade sua dimensão metodológica, o que limita a potência analítica da abordagem estrutural proposta por Abric (2003).

Nesse sentido, parte das pesquisas permanece restrita à descrição de percepções pontuais sobre a EPT, sem avançar para compreender como esses sentidos se organizam e se consolidam enquanto representações sociais propriamente ditas. Como destacam Moscovici (2003) e Abric (2003), as representações sociais são construções coletivas, estruturadas em torno de um núcleo central — onde se concentram significados estáveis e normativos — e protegidas por sistemas periféricos mais flexíveis e adaptáveis às experiências cotidianas. Assim, restringir-se à descrição de percepções isoladas tende a invisibilizar a complexidade simbólica que sustenta essas construções e reduz o potencial transformador da TRS no campo educacional. Para superar essa limitação, é necessário que novas pesquisas busquem compreender de que forma os sentidos compartilhados sobre a EPT se estruturam e se reproduzem nas práticas institucionais e sociais.

Neste sentido, a pesquisa apresentada neste artigo pretende contribuir justamente para esse debate, ao lançar luz sobre como jovens e suas famílias representam o Instituto e o Ensino Médio Integrado, reafirmando a centralidade de compreender e ampliar o diálogo entre escola e comunidade para consolidar a EPT como patrimônio de toda a população. O Estado do Conhecimento aqui construído não apenas indica tendências e recortes já consolidados, mas denuncia o silenciamento de temas estruturantes. Avançar na escuta das vozes de estudantes, famílias e comunidade é condição indispensável para consolidar a EPT como política pública de qualidade, socialmente referenciada, e para garantir que sua proposta de formação integral alcance, de fato, os filhos e filhas dos trabalhadores, promovendo, assim, transformação social e construção de um projeto de sociedade mais justo.



7 Considerações finais

A educação, como enfatiza Paulo Freire (1996), é ato político, prática de liberdade e projeto coletivo que se concretiza na escuta, no diálogo e na participação crítica dos sujeitos na transformação de sua realidade. Quando Freire (1996) afirma que “*a educação autêntica não se faz de A para B ou de A sobre B, mas de A com B, mediatisados pelo mundo*”, reforça a urgência de práticas escolares que rompam com a passividade e o silêncio historicamente impostos à classe trabalhadora. Nessa perspectiva, a Educação Profissional e Tecnológica configura-se como uma continuidade necessária desse projeto, pois articula trabalho, ciência, cultura e tecnologia, oferecendo condições reais para que jovens, muitos deles sendo os primeiros de suas famílias a frequentar o ensino técnico ou superior, permaneçam na escola e ampliem suas possibilidades de emancipação.

Os resultados deste Estado do Conhecimento evidenciam avanços importantes na produção acadêmica sobre Representações Sociais na EPT, mas também revelam lacunas persistentes, como a baixa presença de pesquisas que escutem diretamente as famílias e a comunidade local, atores centrais na consolidação de uma escola socialmente referenciada. Essa ausência indica um silenciamento simbólico que precisa ser superado, pois as percepções e sentidos atribuídos ao Ensino Médio Integrado e aos Institutos Federais moldam as expectativas, a permanência e a compreensão social sobre o papel da EPT.

Ao articular a Teoria das Representações Sociais como chave interpretativa, este estudo reafirma que conhecer essas vozes é fundamental não apenas para a produção científica, mas para subsidiar práticas institucionais, fortalecer o vínculo entre escola e comunidade e orientar políticas de inclusão, permanência e formação integral. Dessa forma, reconhecer as representações sociais que circulam na comunidade escolar contribui para tensionar visões reducionistas que limitam a EPT à mera qualificação para o mercado e reafirma seu sentido como direito social em disputa, patrimônio coletivo da classe trabalhadora e estratégia concreta de reparação de desigualdades históricas.

Assim, inspirados na perspectiva freiriana, reafirma-se que não há transformação social sem escuta, diálogo e ação coletiva. Investir em pesquisas que deem visibilidade às representações sociais de estudantes, famílias e comunidade não é apenas uma escolha metodológica, mas um compromisso ético e político com uma educação que se quer crítica, democrática e emancipadora.

Por isso, é preciso reforçar: refletir criticamente sobre as representações sociais que circulam em torno da Educação Profissional e Tecnológica não se restringe ao campo acadêmico, mas ecoa como um chamado para toda a comunidade reconhecer-se pertencente aos espaços públicos de formação integral. É preciso romper a falsa ideia de que esses espaços — como os Institutos Federais — são privilégios isolados ou destinados a poucos; ao contrário, são conquistas históricas da sociedade, construídas com esforço coletivo e que carregam em sua essência o compromisso de oferecer educação de qualidade, emancipadora e transformadora. Que estas reflexões se tornem sementes de pertencimento, mobilização e defesa intransigente da EPT como patrimônio de todos e todas.

Por fim, constatar as lacunas aqui mapeadas é também reconhecer que a Rede Federal, apesar de representar uma das maiores conquistas da sociedade, ainda carece de ajustes que articulem suas bases conceituais fundantes — como a formação humana integral, o trabalho como princípio educativo e a pesquisa como princípio pedagógico — à forma como o ensino é de fato ofertado, percebido e apropriado pelas comunidades que dela fazem uso. Fortalecer essa coerência entre projeto pedagógico e representações sociais pode tornar uma condição essencial



para que os Institutos Federais se consolidem como espaços públicos de formação integral, cidadã e transformadora, reafirmando sua identidade socialmente referenciada e sua função emancipadora.

Referências

ABRIC, Jean-Claude. Abordagem estrutural das representações sociais: desenvolvimentos recentes. In: CAMPOS, Pedro Humberto Fafria; LOUREIRO, Marcos Corrêa da Silva (ed.). **Representações sociais e práticas educativas**. Goiânia: UCG, 2003.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições, 2020. 281 p.

BRASIL. Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971

. Fixa diretrizes e bases para o ensino de 1º e 2º graus e dá outras providências. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-5692-11-agosto-1971-357752-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 22 de jun. de 2025

BRASIL. Decreto nº 5.154, de 23 de julho de 2004. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, ano 142, n. 141, p. 11, 26 jul. 2004.

BRASIL. Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Brasília: Diário Oficial da União, 30 dez. 2008a.

CALEGARIO, Pablo; OLIVEIRA, Adilson Ribeiro. Representações sociais de educação profissional e tecnológica: um estudo comparativo entre estudantes ingressantes e concluintes do ensino médio integrado. In: SEMINÁRIO DOS ESTUDANTES DE PÓS-GRADUAÇÃO IFMG, 2022. **Anais** [...]. IFMG, Minas Gerais, 2022.

CIAVATTA, Maria. A formação integrada: a escola e o trabalho como lugares de memória e de identidade. In: RAMOS, Marise; FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria (Org.). **Ensino Médio Integrado**: concepção e contradições. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

CUNHA, Luiz Antônio. Ensino profissional: o grande fracasso da ditadura. **Cadernos de Pesquisa**, [S.L.], v. 44, n. 154, p. 912-933, dez. 2014. FapUNIFESP (SciELO).

FREIRE, Paulo; FREIRE, Paulo; FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**. Brasil: Paz e Terra, 1996. 34 p.

JODELET, Denise. Corpo, Gênero, Saúde. In: JODELET, Denise. **Representações sociais e mundos de vida**. Curitiba: Pucpress, 2017. Cap. 3. p. 271-294.

JODELET, Denise. Representações sociais: um domínio em expansão. In: D. Jodelet (Ed.). **As representações sociais**. Rio de Janeiro, RJ: Ed. UERJ, 2001, p. 17-41.



MOROSINI, Marília Costa; FERNANDES, Cleoni Maria Barboza. Estado do Conhecimento: conceitos, finalidades e interlocuções. **Educação Por Escrito**, [S. l.], v. 5, n. 2, p. 154–164, 2014. DOI: 10.15448/2179-8435.2014.2.18875. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/porescrito/article/view/18875>. Acesso em: 2 jul. 2025.

MOURA, Dante Henrique. Ensino médio integrado: subsunção aos interesses do capital ou travessia para a formação humana integral? **Educ. Pesqui.**, São Paulo, v. 39, n. 03, p. 705-720, set. 2013.

MOSCOVICI, Serge. **Representações sociais: investigações em psicologia social**. Tradução do inglês: Pedrinho A. Guareschi. 4. ed. Petrópolis (RJ): Vozes, 2003.

OLIVEIRA, Carmen Irene Correia de. Memória e identidade institucional: um estudo de caso. **Revista Vivência**, Natal, n. 34, p.91-111, 2008.

OLIVEIRA, Adilson Ribeiro. **Todo mundo só pensa naquilo**: representações como elemento constitutivo de competências de leitura. São Paulo: Appris Editora e Livraria Eireli-ME, 2017.

OLIVEIRA, Pablo Menezes; ANTÔNIO GONÇALVES, Irlen; DANIELE DE ABREU PEREIRA, Fernanda. **Educação e ensino profissional no Brasil**: o estado do conhecimento das produções de pesquisas no âmbito da História da Educação Profissional. **Educação em Foco**, [S. l.], v. 24, n. 44, p. 9–33, 2021. Disponível em: <https://revista.uemg.br/educacaoemfoco/article/view/6124>. Acesso em: 15 jul. 2025.

OLIVEIRA, Pablo M. TÃO ANTIGA, TÃO NOVA: breves notas para uma história da Educação Profissional no Brasil. In: OLIVEIRA, Adilson Ribeiro; XAVIER, Gláucia do Carmo; SILVA, José Fernandes; OLIVEIRA, Shirlene Bemfica (Orgs.). **Educação Profissional e Tecnológica no Brasil**: da história à teoria, da teoria a práxis. Curitiba: CRV, 2020, p. 45-66, V. 1.

PAULIN ROMANOWSKI, Joana; TEODORA ENS, Romilda. AS PESQUISAS DENOMINADAS DO TIPO “ESTADO DA ARTE” EM EDUCAÇÃO. **Revista Diálogo Educacional**, [S. l.], v. 6, n. 19, p. p. 37–50, 2006. Disponível em: <https://periodicos.pucpr.br/dialogoeducacional/article/view/24176>. Acesso em: 26 jun. 2025.

RAMOS, Marise Nogueira. **História e Política da Educação Profissional**. Coleção Formação Pedagógica Volume V, Curitiba 2014

RAMOS Marise Nogueira. **Ensino Médio Integrado: Lutas Históricas e Resistências em Tempos de Regressão**. Educação Profissional e Tecnológica em Revista, [S. l.], v. 1, n. 1, p. 27-49, 2017.

SÁ, Celso Pereira de. **Representações sociais: teoria e pesquisa do núcleo central**. Temas em psicologia, v. 4, n. 3, p. 19-33, 1996.

SAVIANI, Dermerval. **Sobre a concepção de politecnia**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1989.

